

# CONHEÇA O



## PENA

## JUSTA

# 10 COISAS

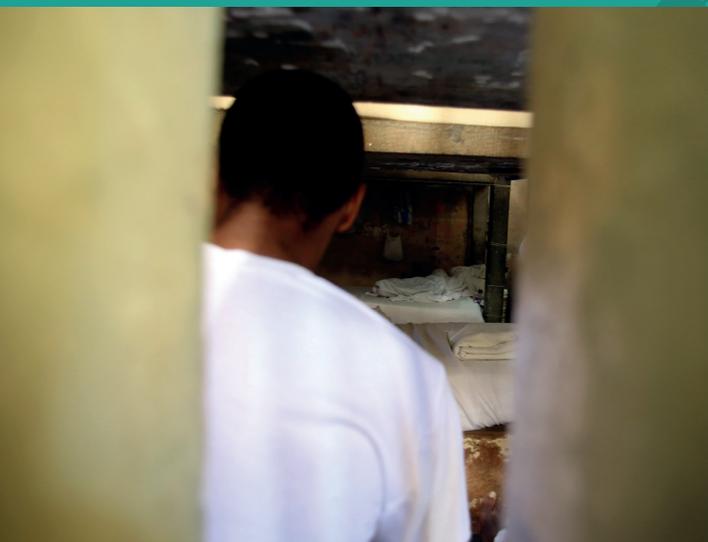
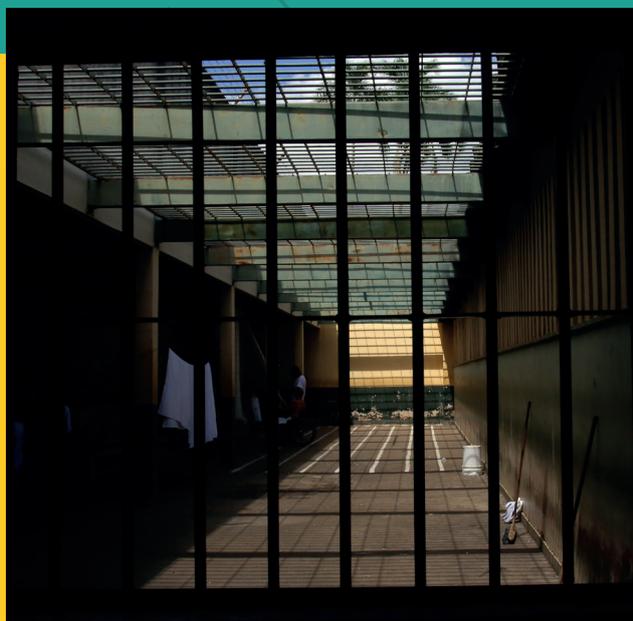
QUE VOCÊ PRECISA  
SABER SOBRE O PLANO  
QUE VAI TRANSFORMAR  
AS PRISÕES NO BRASIL

## 1 MELHORA A SEGURANÇA PÚBLICA

O que acontece nas prisões impacta no sentimento de insegurança da sociedade.

A combinação de violência e negligência estatal alimenta a precariedade do sistema prisional, fator decisivo para a formação e a expansão de organizações criminosas que operam dentro e fora das prisões. Quando o estado não garante condições básicas de sobrevivência, as facções ocupam esse espaço.

O objetivo do Pena Justa é a **retomada do controle das prisões pelo Estado brasileiro, contribuindo com o enfrentamento do crime organizado**, com o cumprimento das penas conforme decisão judicial e para redução da reincidência.



## 2 CONTRIBUI PARA REDUÇÃO DA IMPUNIDADE E DA REINCIDÊNCIA

Ao reorganizar a atuação do Estado brasileiro no campo penal, o Pena Justa contribui para uma melhor destinação de recursos financeiros e humanos para que cada pessoa condenada responda exatamente pelo seu crime.

Deste modo, o Estado pode concentrar seus esforços para que a prisão funcione de forma mais ordenada, **reduzindo chances de que pessoas retornem ao convívio social em contexto pior do que entraram.**

# 3 FAZ CUMPRIR LEIS APROVADAS PELO LEGISLATIVO

O Pena Justa não cria critérios para desencarceramento ou para concessão de benesses a quem cumpre pena.

As metas e indicadores **fazem cumprir importantes leis aprovadas pelo Legislativo**, a exemplo da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) e da Lei de Medidas Cautelares (Lei 12.403/2011), assim como atos administrativos expedidos pelo Executivo e pelo Judiciário, como decretos e resoluções.



# 4 VALORIZA SERVIDORES PENAIS E PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA

Para além de dezenas de metas relativas à formação e capacitação de profissionais do Sistema de Justiça e do Executivo, o Pena Justa **tem mais de 20 propostas para valorização de servidores e servidoras penais**.

Promove saúde e segurança no trabalho com espaços de desconpressão e para realização de refeições, estratégias de promoção da saúde mental, contratação de número adequado de profissionais e diversas medidas para fortalecer as carreiras penais.

# 5 INCENTIVA QUE PRESOS TRABALHEM

Atualmente, menos de 25% das pessoas presas trabalham. Em grande parte das unidades prisionais, isso acontece porque não há oferta de trabalho.

As metas do Pena Justa buscam permitir que esse público se ocupe, **gerando renda e desenvolvimento para o país** e construindo novas trajetórias de vida, o que contribui com a segurança pública.



# 6 APOIA ESTADOS E MUNICÍPIOS A OBTEREM E EXECUTAREM RECURSOS



O sistema prisional é caro – custou quase R\$ 20,7 bilhões em 2024 segundo o Painel Custo do Preso do Executivo Federal – sendo que a maior parte dos gastos é de responsabilidade dos estados. O governo federal contribui por meio do Fundo Penitenciário Nacional, e o Pena Justa traz diversas metas para modernização e recomposição desse fundo, que apresentou queda de arrecadação de 31% entre 2015 e 2021\*.

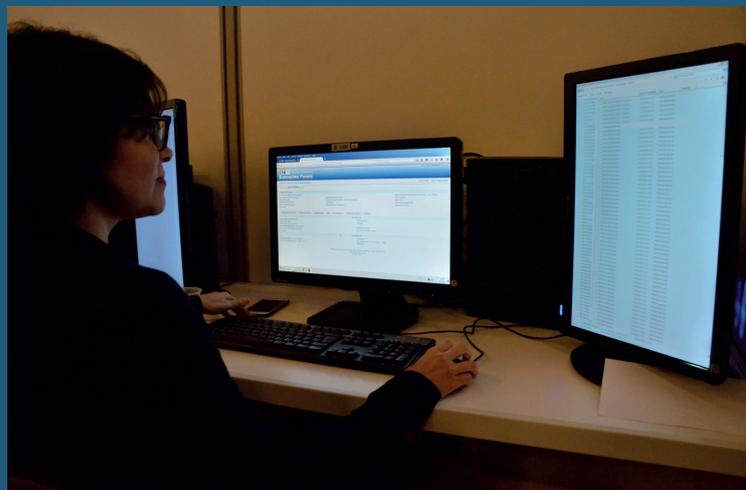
Além disso, há metas para apoio técnico a estados e municípios para obtenção e execução dos recursos do Funpen.

\* Fonte: relatório Transformando o Estado de Coisas Inconstitucional do Sistema Prisional Brasileiro (CNJ, 2021)

# 7 AUMENTA A TRANSPARÊNCIA E O CONTROLE DA SOCIEDADE

A dificuldade para entender como os orçamentos são executados e para obter dados e informações de forma estruturada são alguns dos maiores obstáculos para os ajustes necessários nas prisões brasileiras. Isso porque a gestão da administração penal é bastante descentralizada e os mecanismos existentes reforçam a dificuldade de acesso a essas informações.

O Pena Justa tem diversas metas para **dar maior transparência sobre questões administrativas e orçamentária**, reforçando instâncias de controle e participação social. Além disso, há metas para padronização de sistemas informatizados e melhoria na obtenção de dados.



# 8 PREOCUPA-SE COM PESSOAS INOCENTES E VÍTIMAS

O plano prevê a elaboração de estudo sobre a busca pessoal realizada por agentes de segurança pública com base em raça, sexo, orientação sexual, cor de pele ou aparência física. O objetivo é fazer cumprir decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu esse tipo de prática.

O Pena Justa também **prevê política e programas de atenção a vítimas** de delitos envolvendo diferentes instituições.



# 9 É UM PLANO BASTANTE DIALOGADO



Confira o documento completo e tire suas dúvidas

O Pena Justa foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal em 2023 a partir de ação proposta em 2015 por partido político, ouvidas mais de 15 instituições interessadas, além do Ministério Público e da Advocacia Geral da União.

Sua elaboração ao longo de 2024 partiu de leis aprovadas pelo Legislativo e de discussões ocorridas em Comissões Parlamentares de Inquérito nas últimas décadas. Contou com a participação de 59 instituições que sugeriram ou se comprometeram com ações e metas, **além de mais de seis mil contribuições reunidas em audiência e consulta pública.**

A **versão final** do plano é aquela validada pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2024, com adaptações propostas pela Corte.

# 10 TEM 27 VERSÕES LOCAIS, SERÁ MONITORADO E COM PRAZO PARA TERMINAR

O STF determinou que os estados e o Distrito Federal também elaborem planos para o sistema prisional, que devem estar alinhados ao plano nacional e podem contar com itens adicionais que se alinham às realidades locais. O CNJ e o MJSP apoiarão os estados nessa elaboração.

Começou a contar a partir de 10 de fevereiro de 2025 o prazo de seis meses para que esses planos sejam apresentados ao STF, que ficará responsável por validá-los. O CNJ irá atualizar o STF semestralmente sobre o andamento dos planos, e publicará painel de dados para monitoramento. **O prazo para conclusão das atividades é de três anos.**



# SAIBA MAIS SOBRE O PENA JUSTA

EIXOS

4

PROBLEMAS

14

AÇÕES MITIGADORAS

50

MEDIDAS

141

METAS

307

INDICADORES

366

## ESTRUTURA

EIXO 1

CONTROLE DA ENTRADA E DAS VAGAS DO SISTEMA PRISIONAL

EIXO 2

QUALIDADE DA AMBIÊNCIA, DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DA ESTRUTURA PRISIONAL

EIXO 3

PROCESSOS DE SAÍDA DA PRISÃO E DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL

EIXO 4

POLÍTICAS DE NÃO REPETIÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO SISTEMA PRISIONAL

CICLO PENAL COMPLETO

## ATORES ESTRATÉGICOS

% DE METAS



VISITE O  
PENA JUSTA  
NO **CNJ**



VISITE O  
PENA JUSTA  
NO **MJSP**



FAZENDO  
JUSTIÇA



CNJ  
CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

SECRETARIA NACIONAL  
DE POLÍTICAS PENAIS

CNJ  
CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO